

ARTIGOS

**A BUSCA DA CIENTIFICIDADE DO
SECRETARIADO NO CONTEXTO BRASILEIRO:
ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS**

RESUMO

Tendo em vista o entendimento de que as questões relativas à pesquisa científica no secretariado executivo influenciam a gestão das organizações e, estão, direta e indiretamente, imbricadas nos panoramas histórico, cultural e sociológico que permeiam essa profissão, este ensaio tem o objetivo de apresentar um mapeamento da busca pela cientificidade no campo secretarial. Para tanto, consideram-se os embates vivenciados no território brasileiro, tanto no passado quanto no presente, em uma perspectiva profissional e acadêmica. Trata-se de um estudo teórico, desenvolvido com o suporte de pesquisas bibliográficas e documentais. Os resultados permitem evidenciar que a busca pela cientificidade nesse domínio tem sido uma constante e já produziu importantes legados, a despeito de sua recente estruturação formal. À medida que os campos profissional e científico do Secretariado se desenvolvem no País, eles também se tornam mais complexos e suscitam proposições acerca das perspectivas e dos desafios emergentes.

Cibele Barsalini Martins
cibelebm@uol.com.br

*Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

Fernanda Geremias Leal
fernanda.leal@ufsc.br

Doutoranda em Administração (ESAG/UDESC). Secretária-Executiva (UFSC).

Eduardo César Pereira Souza
edwardsouza3@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

Maria do Carmo Assis Todorov
madu4@hotmail.com

Mestre em Administração-Gestão de Projetos pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE.) Gestora Editorial da Revista Científica Gestão e Secretariado e Professora do Curso de Gestão Pública e Gestão de Negócios da pós graduação (lato-sensu).

Palavras-chave: Cientificidade. Pesquisa. Secretariado Executivo.

1 INTRODUÇÃO

O final da primeira e o início da segunda década do Século XXI já podem ser considerados um período que impulsionou mudanças significativas no contexto do Secretariado no Brasil, dado o considerável aumento de publicações científicas na área, a mobilização das representações da categoria e a crescente visibilidade da profissão. Tal visibilidade se materializa tanto no aumento da procura por essa formação nos níveis técnico e superior (ABPSEC, 2014a) quanto no reconhecimento desse profissional como (co)gestor, assessor, consultor e empreendedor (BRASIL, 2005), apto a atuar junto às lideranças na execução de metas e de objetivos organizacionais e a desempenhar atividades estratégicas de alta relevância, “lendo, interpretando, analisando e assumindo postura crítica em relação ao ambiente em que ele está inserido.” (LEAL, 2014, p. 177).

Até então, as rotinas dos profissionais, estudantes, professores, pesquisadores e representantes da categoria estavam, de certa

maneira, restritas às suas atuações isoladas e individuais. Mesmo os mais envolvidos com a profissão reconheciam a ausência de produções científicas específicas voltadas para o Secretariado e que a maioria das existentes poderia ser categorizada como tecnicista (DURANTE, 2012). Os docentes e pesquisadores das mais de 190 instituições credenciadas para oferecer cursos de Secretariado (ABPSEC, 2014b) não tornavam públicos os resultados de suas pesquisas, o que, segundo Durante (2012), era reflexo da falta de cultura dos envolvidos com a pesquisa científica sobre o Secretariado, resultando em uma limitada literatura sobre a atuação profissional.

Esse contexto levou o Ministério da Educação (MEC), órgão governamental brasileiro que regula, avalia e fiscaliza as Instituições de Ensino Superior (IES) e os cursos superiores no país, a, no ano de 2009 (ABPSEC, 2014a; FENASSEC, 2009a; MARTINS; ZANON, 2013; SCHUARCZ et al., 2014), movimentar toda a categoria com a abertura de uma consulta pública acerca da legitimidade da profissão. Entre as diversas questões propostas, almejava-se conhecer a opinião dos cidadãos acerca da continuidade da existência dos cursos superiores de Secretariado no Brasil, bem como se eles consideravam que a formação de nível médio era adequada e suficiente para a atuação como profissional da área. Caso a maioria votasse em favor dessa vertente, os cursos superiores em andamento seriam extintos e aos alunos regularmente matriculados seria garantido o direito de obter o título de “administrador” em vez de “secretário-executivo”.

Devido à abrangência e à importância dessa consulta pública, diversas instituições representantes da profissão se uniram para reivindicar contra a proposta dos agentes do órgão regulador ligado ao MEC, a Secretaria de Educação Superior (SESu), que havia tomado a iniciativa de consultar a sociedade (FENASSEC, 2009a). Em pouco tempo, a Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC), juntamente com sindicatos e IES que ofereciam o curso, conseguiram agendar uma audiência, que ocorreu em outubro de 2009, e, diante de

vários argumentos apresentados à SESu, a consulta pública foi suspensa.

Contudo, a SESu aproveitou a oportunidade para expor e esclarecer os motivos que levaram à abertura da referida ação por parte do órgão regulador. Entre os motivos elencados destacou-se a falta de entendimento sobre a formação que os alunos recebiam, pois os especialistas contratados não conseguiram compreender os reais objetivos dos cursos, incluindo as especificidades da formação e a futura atuação do egresso no mercado de trabalho. Isso porque eles percebiam, com base nos documentos consultados, diversas semelhanças entre o curso de Secretariado e o de Administração.

Outro motivo alegado pelos especialistas da SESu foi que eles não encontraram publicações de pesquisas científicas sobre o Secretariado, inclusive dos professores que atuavam nos cursos em andamento na época, uma vez que pelo menos nas instituições de ensino superior públicas o professor deveria, conforme a legislação, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os especialistas identificaram que o corpo docente dos cursos de Secretariado era composto por professores de outras áreas do conhecimento e que, por consequência, suas publicações científicas estavam relacionadas às suas respectivas áreas de formação e não ao Secretariado.

Diante dos argumentos da SESu, os participantes da audiência se comprometeram a levantar e avaliar os documentos publicados sobre os cursos de Secretariado em cada instituição, a fim de demonstrar as especificidades e a relevância da profissão, além de incentivar os professores a ampliar as pesquisas acadêmicas na área e a publicar os resultados alcançados em eventos e revistas científicas, com vistas à geração de volume suficiente de pesquisas e publicações sobre a temática relacionada aos cursos de Secretariado Executivo.

A partir dessas ponderações, novas perspectivas emergiram e se intensificaram no campo de atuação e formação do Secretariado. Entre elas, a busca pela cientificidade, compreendida aqui como a adoção de determi-

nados critérios nos processos de investigação (DEMO, 1985). Tendo em vista o entendimento de que as questões relativas à pesquisa científica no secretariado executivo influenciam os processos de gestão das organizações e que elas estão, direta e indiretamente, imbricadas nos panoramas histórico, cultural e sociológico que permeiam essa profissão, este ensaio tem por objetivo apresentar um mapeamento da busca pela cientificidade no campo secretarial. Para tanto, consideram-se os embates vivenciados no território brasileiro, tanto no passado quanto no presente, em uma perspectiva profissional e acadêmica. O ensaio contextualiza as conquistas e os desafios evidenciados pelo Secretariado no Brasil, bem como discorre sobre os caminhos percorridos para inserir a pesquisa no cotidiano do profissional da área. Por fim, levanta algumas proposições acerca das perspectivas e dos desafios que emergem à medida que os campos teórico-empírico e profissional do Secretariado se desenvolvem no país.

O ensaio foi estruturado em três partes. Após esta introdução, expõe-se o panorama da profissão de Secretariado no Brasil, segundo uma perspectiva histórico-atual. Na sequência, descreve-se o caminho percorrido até o momento para a estruturação do Secretariado como um campo de pesquisa. Por fim, desenvolvem-se as considerações finais do estudo, bem como apresentam-se sugestões para futuras pesquisas relacionadas a este tema.

O presente texto se caracteriza como um ensaio acadêmico. Por essa razão, não envolve a exploração sistemática de recursos metodológicos empíricos. A reflexão apresentada se assenta na consulta e na interpretação articulada de material bibliográfico e documental, como artigos científicos, livros, leis, bem como documentos e notícias veiculadas por órgãos atuantes nos campos profissional e acadêmico do Secretariado.

2 A PROFISSÃO DE SECRETARIA-DO NO BRASIL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Algumas publicações (SABINO; ROCHA, 2004; AZEVEDO; COSTA, 2006; PORTELA; SCHUMACHER, 2006; NONATO JÚNIOR, 2009; CAMARGO, 2013) demarcam a década de 1950 como o período de início das transformações do mercado para o Secretariado, que até então era predominantemente exercido pelo gênero masculino. Segundo esses autores, devido à falta de mão de obra masculina disponível, consequência da atuação dos homens nas duas grandes guerras mundiais, as mulheres passaram a ocupar as funções relativas ao Secretariado nas indústrias e empresas.

Tendo por base essas informações, Lieuthier (2013) afirma que os secretários brasileiros sempre tiveram um perfil arrojado, desafiador e desbravador. Nesse sentido, logo em 1965, iniciaram-se as discussões sobre os pleitos que envolviam a profissão à época, como: melhores condições de trabalho, aprimoramento cultural e questões éticas. Configurava-se, assim, um grupo profissional interessado no desenvolvimento da categoria e atento aos desafios de empregabilidade e de formação.

Múltiplas conquistas relacionadas ao avanço da profissão foram alcançadas em anos anteriores e posteriores a esse episódio. Na tentativa de apresentar os principais êxitos da profissão de Secretariado no Brasil (entre os anos de 1943 a 2016), elaborou-se o Quadro 1, desenvolvido a partir de informações coletadas em diferentes fontes bibliográficas e documentais:

Ano	Conquista
1931	Decreto Lei 20.158, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de secretariado e dá outras providências.
1943	Decreto Lei 6143, estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, de secretariado, entre outros.
1943	Abertura do primeiro curso Técnico em Secretariado, na Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado, em São Paulo.
1968	Criação do “Clube das Secretárias”.
1969	Abertura do primeiro curso superior de Secretariado, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).
1970	Transformação do Clube das Secretárias em “Associação das Secretárias do Rio de Janeiro”.
1976	Criação da “Associação Brasileira de Entidades de Secretárias”.
1977	Publicação da Lei n.º 1.421, que institui o dia 30 de setembro como o Dia Nacional da Secretária.
1978	Publicação da Lei n.º 6.556, que dispõe sobre as atividades do Secretário e dá outras providências.
1978	Primeiro reconhecimento de curso superior em Secretariado Executivo pelo órgão regulador brasileiro (MEC), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
1985	Publicação da Lei n.º 7.377, que regulamenta a profissão de Secretário no Brasil.
1987	Publicação da Portaria n.º 3.103 de Enquadramento Sindical, que denomina a profissão como categoria profissional diferenciada.
1988	Criação da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC).
1989	Publicação do Código de Ética da profissão.
1993	Realização do 1º Simpósio Internacional de Secretariado, em Manaus, capital do Estado do Amazonas.
1996	Publicação da Lei n.º 9.261, que complementa a Lei n.º 7.377/85.
2002	Criação do 1º Grupo de Pesquisa na área de Secretariado: “Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Bilíngue”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
2002	Inclusão da profissão de Secretário à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
2005	Publicação da Resolução n.º 3, pelo Ministério da Educação (MEC), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos Superiores de Secretariado Executivo.
2005	Início da realização de concursos públicos pelas Instituições Federais de Ensino Superior para o cargo de secretário-executivo.
2007	Lançamento do primeiro curso totalmente e-learning de pós-graduação para Secretariado em Educação a Distância.
2008	Publicação da Resolução n.º 3, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, na qual se insere o de Técnico em Secretariado.
2010	Realização do 1º Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo (ENASEC).
2013	Criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC).

Quadro 1 - Principais conquistas do Secretariado brasileiro

Fonte: elaborado a partir de Brasil (1931, 1943), Sabino e Rocha (2004), Bíscoli (2012), Almeida (2013), Baptista e Camargo (2013), Bíscoli e Bilert (2013), Lieuthier (2013), Oliveira (2013), Sabino (2017).

Por iniciativa da fundadora da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC), Leida Maria Mordenti Borba Leite de Moraes (*in memoriam*), iniciou-se, em 1992,

um extenso programa de difusão e compartilhamento com organismos internacionais de Secretariado de países de diversos continentes, culminando na realização do 1º Simpósio Inter-

nacional de Secretariado, em Manaus, Amazonas, com a participação das seguintes associações internacionais: Associação de Secretárias Executivas Portuguesas (ASP) – Portugal; *Professional Secretaries International* (PSI e atual IAAP) – organização norte-americana com sócios em mais de 180 países; *European Association Professional Secretaries* (EAPS e atual EUMA) – associação europeia que representa cerca de 20 países; *Federación Nacional de Asociaciones de Secretaria de España* (FENAS) – Espanha; *Federación Interamericana de Asociaciones de Secretarias* (FIAS) – que abrange a América Central e a América Latina, exceto o Brasil.

Dando seguimento à iniciativa de difundir e divulgar a profissão de secretário, Leida

Moraes realizou palestras sobre o Secretariado brasileiro em diversos eventos internacionais, tendo contribuído para que o profissional do Brasil fosse cada vez mais respeitado no exterior. Essa mobilização resultou, inclusive, na publicação de um artigo no jornal inglês *The Guardian*, que apresenta as secretárias brasileiras como as mais bem preparadas do mundo (THE GUARDIAN, 2001).

Em 1985, com a regulamentação da Lei n.º 7.377, ocorreu a mudança mais importante e significativa para o profissional de Secretariado brasileiro, uma vez que a Lei definiu e especificou a profissão de Secretário, dividindo-a em duas categorias – Secretário-executivo e Técnico em Secretariado – e determinando-lhes suas respectivas atribuições, expostas no Quadro 2:

Atribuições do secretário-executivo	
I	Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria.
II	Assistência e assessoramento direto a executivos.
III	Coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas.
IV	Redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro.
V	Interpretação e sintetização de textos e documentos.
VI	Taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro.
VII	Versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa.
VIII	Registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas.
IX	Orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia.
X	Conhecimentos protocolares.
Atribuições do técnico em Secretariado	
I	Organização e manutenção dos arquivos de secretaria.
II	Classificação, registro e distribuição da correspondência.
III	Redação e datilografia de correspondência ou documentos de rotina, inclusive em idioma estrangeiro.
IV	Execução de serviços típicos de escritório, como recepção, registro de compromissos, informações e atendimento telefônico.

Quadro 2 - Atribuições do secretário-executivo e do técnico em Secretariado (Lei n.º 7.377/85)
Fonte: adaptado de Brasil (1985).

A partir da publicação da referida Lei, estabeleceram-se as possibilidades e as restrições para o exercício da profissão, posto que somente os profissionais com formação na área ou com comprovada atuação profissional

por meio de registros anteriores à sua data de publicação poderiam requerer junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o registro profissional

que permite o exercício da profissão em todo o território nacional brasileiro.

Entretanto, como a absorção de todo processo de mudanças é lenta, as entidades representativas da profissão no Brasil observam que, ainda hoje, diversas organizações ignoram ou desconhecem a regulamentação da profissão. Assim, para se eximirem da fiscalização e, conseqüentemente, de multas, acabam por praticar ações que burlam a regulamentação do Secretariado (SINSESP, 2014a, 2014b).

A principal inadimplência desenvolvida pelas empresas brasileiras, comprovada pelo resultado de uma pesquisa iniciada e dirigida pela presidência do Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de São Paulo (SINSESP) e da FENASSEC, na mesma época da regulamentação da profissão, foi que se criavam diversas nomenclaturas de ocupações para registrar os profissionais que não atendiam aos requisitos

legais da profissão de secretário, mas desempenhavam suas funções. A partir dos resultados da pesquisa, o SINSESP publicou uma relação com 553 nomenclaturas de cargos correspondentes a “secretário”, que variam entre atendentes a assessores (SINSESP, 2014a, 2014b).

Em 2002, a profissão foi incluída na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), que tem o objetivo de classificar as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do País em seus diversos setores, servindo como base para que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolva o Código Internacional de Ocupações. Nesse sentido, a atualização da profissão de secretário-executivo e suas demais nomenclaturas nessa publicação teve a importância de ampliar o nível de atuação do profissional, contribuindo para a sua legitimidade no mercado de trabalho (LEAL, 2014). Os códigos profissionais relacionados ao secretário-executivo estão descritos na CBO, conforme Quadro 3.

2523 – Secretários-executivos e afins	
Títulos	2523-05 – Secretário-executivo: Assessor de diretoria, Assessor de presidência, Assistente de diretora, Assistente de presidência, Auxiliar administrativo de diretoria, Auxiliar administrativo de presidência, Secretário de diretoria, Secretário de gabinete, Secretário de presidência, Secretário pleno, Secretário sênior, Tecnólogo em Secretariado.
	2523-10 - Secretário bilíngue: Assessor bilíngue, Assistente bilíngue, Auxiliar administrativo bilíngue, Secretário bilíngue de diretoria, Secretário bilíngue de gabinete, Secretário bilíngue de presidência, Secretário pleno bilíngue, Secretário sênior bilíngue.
	2523-15 - Secretário trilingue: Assessor trilingue, Assistente trilingue, Auxiliar administrativo trilingue, Secretário pleno trilingue, Secretário sênior trilingue, Secretário trilingue de diretoria, Secretário trilingue de gabinete, Secretário trilingue de presidência.
Descrição sumária	Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente interno e externo), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, geram suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões.
Condições gerais de exercício	Trabalham nas mais variadas atividades econômicas da indústria, comércio e serviços, além da administração pública, como assalariados com carteira assinada, estatutários, ou autônomos, sob supervisão ocasional. Atuam de forma individual ou em equipe, em ambientes fechados e em horários diurnos. Podem permanecer em posições desconfortáveis por longos períodos. Assessoram chefias, atendendo mais de um diretor ou uma área. Os secretários bilíngue-trilíngues realizam as mesmas atividades que as secretárias executivas e se diferenciam nas atividades que requerem fluência em língua estrangeira.
Formação e experiência	O exercício dessas ocupações requer curso superior em secretariado em nível de bacharelado ou tecnologia. O registro funcional no Ministério do Trabalho é obrigatório. Para as secretárias bilíngues e trilíngues a fluência em dois ou três idiomas estrangeiros é fundamental. O pleno desenvolvimento das atividades ocorre após dois ou três anos de experiência.

Quadro 3 - Descrição da profissão de secretário-executivo na CBO

Fonte: adaptado de CBO (2002).

O não cumprimento da regulamentação da profissão de secretário também pode ser observado na esfera pública brasileira. Ainda ocorrem concursos públicos com vagas para secretários técnicos, tecnólogos e/ou executivos que não restringem a participação aos profissionais da área. Como resultado, muitos cargos acabam sendo preenchidos por profissionais com outras formações (OLIVEIRA et al., 2016). Esse quadro é acentuado pelos limites impostos pela percepção social acerca da profissão, que tende a não reconhecer suas singularidades (SABINO, 2017). Nos termos de Sabino (2017, p. 305), “sem conseguir ecoar relevância à sociedade, a educação para o Secretariado contribuiu para sua configuração

como uma ‘profissionalização de passagem.’”

No caso dos concursos promovidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o cargo de secretário-executivo, o próprio Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) admite, equivocadamente, o ingresso de profissionais de Letras na ocupação do cargo, além de não exigir para a posse dos nomeados o registro profissional na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, previsto nas leis de regulamentação da profissão no Brasil (n.º 7.377/1985 e 9.261/1996) (LEAL, 2014).

O Quadro 4 demonstra a forma como o cargo de secretário-executivo é apresentado no PCCTAE.

Cargos Técnico-administrativos em Educação			
Nível de classificação	Denominação do cargo	Requisitos para ingresso	
		Escolaridade	Outros
E	Secretário-executivo	Curso Superior em Letras ou Secretariado Executivo Bilingue	---

Quadro 4 - Distribuição dos cargos por nível de classificação e requisitos para ingresso

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2005).

Devido aos equívocos presentes no PCCTAE, algumas IFES deram exercício a profissionais que não se enquadravam às exigências das leis de regulamentação da profissão no Brasil. Mesmo com a emissão do Ofício n.º 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, em que o MEC passou a exigir a habilitação profissional para o ocupante do cargo, o problema persistiu ‘em algumas dessas instituições, resultando em uma série de processos jurídicos dos profissionais da área, com respaldo da FENASSEC e dos sindicatos da classe (LEAL, 2014).

Em 27 de março de 2009, a FENASSEC emitiu o Parecer Jurídico n.º 19/2008, tratando da obrigatoriedade do registro profissional em concurso público. As principais partes do documento são:

Este parecer tem a finalidade de demonstrar a importância [...] da formação do profissional de Secretariado, e

a obtenção do registro nos termos da Lei [...] para concorrer às vagas para os cargos de [...] secretário-executivo que são oferecidas pela administração pública direta e indireta [...]. É conveniente anotar a obrigação atribuída à União [...] visando à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores [...]. A Administração deve buscar [...] a eficiência [...]. Sob este prisma, observa-se que a profissão do Secretário é reconhecida há mais de vinte e três anos e que, hoje, existem no país vários cursos [...], além de profissionais inscritos nas superintendências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por cumprirem os requisitos contidos na lei 7.377/85, alterada pela lei 9.261/96 [...]. Por conseguinte, há de se reconhecer que, a bem da eficiência exigida pela nossa Constituição Federal, se faz *mister* a exigência do diploma em Secretariado, ou do competente registro junto ao MTE para

consecução das vagas abertas pelo setor público. Para exemplificar, não se espera que [...] um professor de matemática não tenha especialização nas ciências exatas, com licenciatura. Da mesma maneira, não se pode admitir que um profissional de Secretariado, que atue no setor público, não tenha adquirido conhecimentos em sua área de atuação, a não ser por um curso profissionalizante ou pela experiência que lhe conferiu o registro profissional (FENASSEC, 2009b, *online*).

Não tendo alcançado os resultados esperados em relação às IFES, representantes da FENASSEC reivindicaram ao MEC, em 2014, a retificação do PCCTAE. Conforme notícia veiculada na página da FENASSEC, o último acordo, resultante de reunião entre as partes em maio de 2014, foi de que o MEC solicitaria ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a alteração dos requisitos para ingresso no cargo, que também incluem a exclusão da terminologia “bilíngue” (FENASSEC, 2014).

Ainda em relação aos concursos promovidos pelas IFES para o cargo de secretário-executivo, Leal, Silva e Dalmau (2014), que analisaram 57 provas aplicadas no período de 2010 a 2014, apontam que, de maneira geral, os concursos não têm considerado significativamente a formação desse profissional. Eles também não têm contemplado questões diretamente associadas à descrição do cargo no âmbito das IFES, exceto aquelas mais objetivas, para as quais o Serviço Público prevê normas específicas em legislação.

Para reverter o quadro de não atendimento à lei, a FENASSEC e os sindicatos regionais vêm realizando um trabalho intenso para conquistar a aprovação da criação do Conselho Profissional de Secretariado e para conscientizar as organizações públicas e privadas da necessidade de exigência, nos processos de contratação, de profissionais devidamente certificados e registrados no MTE, de modo que seja inviabilizada a prática de fraudes e a ocupação dos cargos por pessoas sem qualificação para o cargo de secretário (CASTELO, 2007).

A regulamentação da profissão, seu exercício, o modo como as instituições realizam as contratações dos profissionais de Secretariado, bem como a maneira que as organizações estabelecem o relacionamento profissional com seus colaboradores são pautas das discussões sobre a atuação do secretário há bastante tempo. O primeiro código de ética da profissão, por exemplo, foi criado ainda em 1973 e reformulado em 1976 e 1989 (LEGER, 2011). No entanto, somente com a criação dos Conselhos de Profissionais de Secretariado será possível adotar oficialmente o Código para parametrizar o relacionamento entre os profissionais e as organizações, prevendo-se, inclusive, penalidades para as partes que o descumprirem.

Nos anos mais recentes, a estruturação formal da profissão foi acompanhada do desenvolvimento do Secretariado como campo científico.

3 O CAMINHO PERCORRIDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO DO SECRETARIADO NO BRASIL

Uma pesquisa pode ser considerada científica quando atende a determinados critérios de cientificidade. De acordo com Demo (1985), a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação constituem-se como critérios internos, enquanto a intersubjetividade se refere ao critério externo.

Relativamente aos critérios internos de cientificidade, Demo (1985, p. 16) argumenta que a coerência diz respeito a “falta de contradição, argumentação estruturada, corpo não contraditório de enunciados, desdobramento do tema de forma estruturada, dedução lógica de conclusões”; consistência significa “capacidade de resistir a argumentações contrárias [...], se liga também à atualidade da argumentação”; originalidade representa “uma produção [...] não meramente repetitiva, representando real contribuição para o conhecimento”; objetivação, por fim, se refere à “tentativa de reproduzir a realidade assim como ela é, mais do que gostaríamos que fosse.”

Quanto ao critério externo de cientificidade, Demo (1985, p. 17) caracteriza a intersubjetividade como “a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar na demarcação científica.” Em outras palavras, trata-se da “vigência do argumento de autoridade em ciência”, que envolve aspectos como a comparação crítica, a divulgação e o reconhecimento generalizado, entre outros.

A prática da pesquisa e, por consequência, a busca pela cientificidade no campo secretarial, são temas incipientes para os envolvidos com o assunto no Brasil. Contudo, já é possível encontrar algumas discussões que posicionam o Secretariado nesse cenário. Hoeller (2006) afirma que o Secretariado é um campo de estudo de aplicação e não uma ciência. Nonato Júnior (2009, 2012), por sua vez, defende o surgimento do campo teórico das Ciências da Assessoria como base para a concretização do Secretariado como campo científico e define a Assessoria como o objeto de estudo do campo. Também pode-se mencionar Sabino e Marchelli (2009), que argumentam que o Secretariado não é autônomo; utiliza-se de “ciências multidisciplinares” diversas, principalmente das ciências da Administração. Nascimento (2012) segue nessa linha, ao apontar que o Secretariado mantém relações com diferentes áreas do conhecimento e apresenta-se em fase de consolidação enquanto área de conhecimento.

Ao analisar tais discussões, Martins et al. (2014) consideram que o Secretariado ainda não se apresenta como ciência ou campo do conhecimento, mas encontra-se em busca do estabelecimento do seu objeto de estudo; daí a motivação dos pesquisadores para demonstrar neste artigo os caminhos que já foram percorridos pelo Secretariado na busca pela cientificidade. Leal, Santos e Moraes (2017), finalmente, avaliam o campo de uma perspectiva paradigmática e o enquadram como essencialmente funcionalista, limitado ora à proposição de técnicas ou metodologias gerenciais, ora à adaptação do secretário-executivo ao contexto de trabalho. Os autores advogam por uma melhor comunicação com outros interesses cognitivos e com outras disci-

plinas, a exemplo dos estudos organizacionais, que possam contribuir para a definição do(s) seu(s) fenômeno(s) de interesse.

No ano de 2005, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo, a formação generalista para o profissional da área tornou-se mais clara. Verifica-se no § 2º que nos projetos pedagógicos dos cursos de Secretariado Executivo pode-se admitir linha de formação em diversas áreas relacionadas com atividades gerenciais, de assessoramento, de empreendedorismo e de consultoria, de modo a atender da melhor forma às necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigem (BRASIL, 2005).

A adoção de perfil referencial é oportuna para que o profissional de Secretariado reúna elementos para atender de forma positiva à organização e à equipe de trabalho em que estará inserido. Segundo tais diretrizes, o secretário-executivo

[...] necessita apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como [ser] capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005, p. 2).

Observa-se, assim, que as competências secretariais devem ser suficientes para que, entre outras ações, esse profissional possa: a) identificar e entender quais são os objetivos da organização e como seu departamento contribuirá para o alcance de tais objetivos; b) exercer funções gerenciais e de assessoria, com domínio sobre planejamento, organização, controle e direção e c) apresentar condições de lidar com modelos inovadores de gestão, atuando inclusive como agente de mudanças (BRASIL, 2005).

Para possibilitar o desenvolvimento de tais competências, o Brasil dispõe de processos de formação para aqueles que desejam atuar ou que já atuam na área de Secretariado. Identifica-se uma estrutura pronta para a formação dos níveis técnicos e superior, enquanto que para os cursos de pós-graduação *lato sensu* o processo ainda se encontra em fase de estruturação. Até o momento, inexistente uma estrutura para os cursos de *stricto sensu* que inclua programas de Mestrado e Doutorado na área (MARTINS et al., 2012), embora essa seja uma discussão corrente. A última ação concretizada nesse sentido foi a publicação da Resolução n.º 56/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017, que aprova a criação do Programa de Pós-graduação em Secretariado Executivo, em nível de Mestrado Acadêmico, na Universidade Federal do Ceará, com a vistas a “formar pesquisadores com excelência acadêmica para o desenvolvimento científico no campo do Secretariado Executivo de forma a permitir o diálogo com as demais áreas de Gestão e atender à demanda por qualificação secretarial e áreas afins.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 1). Embora esse fato represente um avanço para a área acadêmica, sua efetiva implantação ainda depende da aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Preocupados com essas limitações referentes aos programas de pós-graduação e buscando supri-las por meio da melhoria das estruturas e dos processos, docentes e pesquisadores envolvidos com o Secretariado vêm-se organizando, nas duas últimas décadas, com o objetivo inicial de obter o reconhecimento do Secretariado como uma área do conhecimento capaz de absorver pesquisas e de gerar programas para atrair professores pesquisadores. O movimento já trouxe alguns resultados, a exemplo da criação de periódicos científicos reconhecidos e qualificados pela CAPES; grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a conquista mais recente, a criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), que tem como principais objetivos:

- I - Promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Secretariado, contribuindo para sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como estimular experiências novas na área;
- II - Promover o intercâmbio e a cooperação entre cursos de graduação, programas de pós-graduação, professores, estudantes e demais pesquisadores da área;
- III - Difundir a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área secretarial;
- IV - Estimular as atividades de pós-graduação e pesquisa em Secretariado para responder às necessidades concretas das instituições de ensino superior, do mercado de trabalho, bem como das comunidades locais e regionais, valorizando a cultura nacional e as culturas locais;
- V - Identificar temas prioritários de pesquisa em Secretariado no país, promovendo seu desenvolvimento;
- VI - Agir junto às agências de coordenação e de financiamento da pós-graduação e da pesquisa no país, procurando garantir a participação democrática das bases nas decisões;
- VII - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de Secretariado, particularmente no nível acadêmico e científico;
- VIII - Zelar pelos interesses profissionais dos seus associados;
- IX - Promover o intercâmbio e a cooperação com associações e entidades congêneres (ABPSEC, 2015, *online*).

Relativamente aos grupos de pesquisa, verifica-se que houve uma evolução significativa a partir dos anos 2000, conforme constatação feita por meio da plataforma do CNPq. Dos onze grupos cadastrados, verifica-se que o primeiro foi criado em 2002, outro em 2007, dois em 2009, um em 2011, cinco no ano de 2014 e os últimos dois em 2016, como revela o Quadro 5.

	Grupo	Criação
1	Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo - Unioeste Líder: Carla Maria Schmidt Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2422462181212023	2002
2	Grupo de Estudos em Secretariado Executivo - GESEB - UPF Líder: Daniela Giareta Durante Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4758200861929450	2007
3	Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Secretariado - GPISEC - UFS Líder: Rosimeri Ferraz Sabino Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2782776420454020	2009
4	Gestão do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas - Unicentro Líder: Juliane Sachser Angnes e Daniela do Amaral Oliveira Gardin Área: Ciência da Informação Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5367631664506262	2009
5	NUPESE - Núcleo de Pesquisa de Estudos em Secretariado Executivo e áreas afins. Líder: Keyla Christina Almeida Portela Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5194400054738172	2011
6	Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Bilingue - UNESC Líder: Jucélia da Silva Abel Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4498103731315050	2014
7	NIEX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Secretariado Executivo - UFV Líder: Débora Carneiro Zuin Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3146125924469473	2014
8	Núcleo de Pesquisas Aplicadas em Gestão, Secretariado Executivo e Economia - Npgessec - UNIFAP Líder: Robson Antonio Tavares Costa Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7757921135442858	2014
9	Observatório Latino Americano de Pesquisa em Secretariado Executivo - UFPB Líder (es): Chussy Karlla Souza Antunes e Alberto Santos Arruda Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3496912100879124	2014
10	Grupo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo - GEPES - UFC Líder (es): Conceição de Maria Pinheiro Barros e Augusto César de Aquino Cabral Área: Ciências Sociais Aplicadas; Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6076959746415690	2014
11	Pesquisa e Prática em Gestão e Secretariado Líder (es): Cibele Barsalini Martins e Katia Denise Moreira Área: Administração Link: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1695587511457220	2016

Quadro 5 - Grupos de pesquisa de Secretariado cadastrados no CNPq

Fonte: elaborado a partir de CNPq (2017).

Observa-se que a maioria dos grupos foi cadastrada na área de conhecimento “Administração”, uma vez que o Secretariado ainda não é considerado uma área do conhecimento e os líderes dos grupos devem analisar qual é a outra área do conhecimento já reconhecido pelo CNPq que pode sustentar os temas de suas pesquisas no campo secretarial.

Almeja-se que a criação de mais grupos e o amadurecimento dos atuais possibilitem a existência de grupos consistentes da área e, conseqüentemente, a criação de cursos de *stricto sensu* em Secretariado. Positivamente, percebe-se que os professores e egressos dos cursos estão em busca de qualificação (de titulação), para que em poucos anos seja possível constituir um corpo docente com, no mínimo, onze doutores pesquisadores sobre o Secretariado, como requerem os órgãos regulamentadores.

Evidencia-se que a busca por titulação se refere a um processo relativamente longo, ao considerar que, no Brasil, os cursos de doutorado abrangem um período entre 42 a 48 meses. Conforme o levantamento realizado por Souza, Galindo e Martins (2015), em 2013; das pessoas formadas em Secretariado no Brasil, somente 106 pessoas detinham o título de mestre e 10 o de doutor.

Para dar vazão às produções dos pesquisadores sobre Secretariado, foram criadas, também neste século, seis revistas científicas que, juntas, já publicaram mais de 200 artigos científicos com os resultados das pesquisas na área. Mesmo sendo um número ainda restrito, os pesquisadores consideram um avanço e a demonstração de que estão cumprindo o compromisso assumido com a SESu/MEC de publicarem pesquisas relevantes sobre a profissão. As atuais revistas científicas são:

- a) Revista Expectativa, criada em 2001, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus de Toledo;
- b) Revista Capital Científico, criada em 2003, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro);
- c) Fazu em Revista, criada em 2004, na

- d) Faculdade Associadas de Uberaba; Secretariado Executivo em Revist@, criada em 2005, na Universidade de Passo Fundo (UPF);
- e) Revista de Gestão e Secretariado (GeSec), criada em 2010, pelo Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de São Paulo (SINSESP);
- f) *Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies* (SCRIBES), criada em 2017, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Por fim, ainda em termos de produção científica, uma busca no Portal de Teses e Dissertações da Capes¹ permitiu observar que, até o presente momento, foram desenvolvidos 47 trabalhos *stricto sensu* relacionadas ao Secretariado no país, sendo 41 dissertações de mestrado e seis teses de doutorado. Tais trabalhos foram desenvolvidos principalmente em cursos de pós-graduação em Educação e Administração, bem como em: Letras/Letras Neolatinas; Linguística/Estudos Linguísticos/Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem; Comunicação Semiótica; Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias; Tecnologia; Ciências da Informação; Gestão de Projetos; Engenharia de Produção; Psicologia/Psicologia Educacional; Desenvolvimento Regional e Urbano; Administração Universitária; Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; Gestão de Políticas Públicas e Organizações Públicas; Ciências da Religião; além de cursos multidisciplinares: Educação, Administração e Comunicação; Sociologia e Direito. No caso das dissertações, foram localizados tanto cursos de mestrado acadêmicos quanto profissionais.

Observa-se, assim, que o campo científico do Secretariado começa a se estruturar no Brasil segundo uma perspectiva interdisciplinar, suscitando diferentes possibilidades em termos de epistemologias, teorias e metodologias para seu desenvolvimento. Uma vez que um dos objetos de interesse do Secretariado tem sido justamente seu próprio campo de pesquisa, espera-se que tal campo se desenvolva com

reflexividade e riqueza, tendo como referência as discussões e as reflexões sobre os caminhos até então percorridos (LEAL; SANTOS; MORAES, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve por objetivo apresentar um mapeamento da busca pela cientificidade do campo secretarial. Para tanto, levaram-se em consideração os embates vivenciados no território brasileiro, tanto no passado quanto no presente, em uma perspectiva profissional e acadêmica. Almejou-se contextualizar as conquistas e os desafios evidenciados pela profissão no Brasil, bem como discorrer sobre o caminho percorrido para inserir a pesquisa no cotidiano do profissional da área.

Foi possível perceber, a partir da descrição dos principais fatos que marcaram o Secretariado no Brasil, que essa profissão se encontra em um processo de constante desenvolvimento. Direcionamentos fundamentais para o reconhecimento de uma profissão já foram concretizados, a exemplo da regulamentação jurídica, da oferta de cursos em nível superior, do estabelecimento das diretrizes curriculares para os cursos superiores, das revistas científicas, dos grupos de pesquisa e da constituição de uma Associação voltada especificamente para a pesquisa na área, a ABPSEC. Por outro lado, à medida que os campos teórico e profissional do Secretariado se estruturam, eles também se tornam mais complexos e suscitam proposições sobre as perspectivas e os desafios emergentes.

O presente estudo permitiu evidenciar algumas lacunas substanciais nesse sentido, como a ausência de um Conselho Federal de Secretariado e de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) especificamente voltados para o Secretariado. Considera-se que esses dois aspectos se configuram como os principais desafios do atual contexto da profissão no Brasil. O cenário também desencadeia a necessidade de um olhar para o estado do conhecimento em Secretariado a partir do desenvolvimento de artigos e teses e

dissertações, o que contribuirá tanto para a sua atuação profissional quanto para a sua consolidação científica.

Este ensaio não teve a pretensão de esgotar o tema da busca da cientificidade do campo secretarial. Assim, acredita-se que o envolvimento de mais pesquisadores com o assunto será importante para a emergência de informações e de conhecimentos complementares, que contribuam para o entendimento da realidade do Secretariado no Brasil e fomentem o desenvolvimento de uma área sólida, crítica e de boa qualidade. A partir das informações aqui dispostas, sugere-se, para fins de continuidade da discussão: 1. Que outros elementos históricos relativos ao Secretariado sejam explorados e incluídos à análise, contribuindo para a compreensão de seu panorama profissional e científico contemporâneo; 2. Que os estudos desenvolvidos até o momento sejam examinados a partir de diferentes lentes teóricas, propiciando esclarecimentos sobre as possibilidades e os limites desse campo de pesquisa e 3. Que o papel do Secretariado na gestão das organizações se constitua como constante objeto de interesse empírico, com vistas a uma compreensão mais ampla de seu lugar nesse contexto.

THE SEARCH FOR SCIENTIFICITY IN THE SECRETARIAL FIELD IN THE BRAZILIAN CONTEXT: HISTORICAL AND CONTEMPORARY ASPECTS

ABSTRACT

Seen as issues related to scientific research relating to topics of executive secretariat influence the management of organizations and are, directly and indirectly, interwoven in the historical, cultural and sociological landscapes that permeate this profession, our purpose in this essay is to present a mapping of the quest for scientificity in the secretarial field. To do so, we take into consideration the conflicts experienced in Brazil, both in the past and in the present, in a professional and academic perspective. The cur-

rent essay is a theoretical study, developed with the support of bibliographical and documentary research. The results demonstrate that the search for scientificity in the secretarial field has been constant and has already produced important legacies, despite its recent formal structuring. As these professional and scientific fields develop in the country, they also become more complex and give rise to propositions about emerging perspectives and challenges.

Keywords: Scientificity. Research. Executive Secretariat.

LA BÚSQUEDA DE LA CIENTIFICIDAD DEL SECRETARIADO EN EL CONTEXTO BRASILEÑO: ASPECTOS HISTÓRICOS Y CONTEMPORÁNEOS

RESUMEN

Teniendo en cuenta el entendimiento de que las cuestiones relativas a la investigación científica en el secretariado ejecutivo influyen la gestión de las organizaciones y están, directa e indirectamente, entrelazadas en los panoramas histórico, cultural y sociológico que permean esa profesión, este ensayo tiene el objetivo de presentar un levantamiento de la busca por la científicidad en el campo secretarial. Para tanto, se consideran los embates vividos en el territorio brasileño, tanto en el pasado cuanto en el presente, en una perspectiva profesional y académica. Se trata de un estudio teórico, desarrollado con el soporte de investigación bibliográfica y documental. Los resultados permiten evidenciar que la busca por la científicidad en ese dominio ha sido una constante y ya produjo importantes legados, a pesar de su reciente estructuración formal. A la medida que los campos profesional y científico del Secretariado se desarrollan en el país, ellos también se tornan más complejos y suscitan proposiciones a respecto de las perspectivas y de los desafíos emergentes.

Palabras-clave: Cientificidad. Investigación. Secretariado Ejecutivo.

LA RECHERCHE DE LA SCIENTIFICITE DU SECRETARIAT EXECUTIF DANS LE CONTEXTE BRESILIEN : ASPECTS HISTORIQUES ET CONTEMPORAINS

RESUME

Vu que les questions relatives à la recherche scientifique dans le secrétariat exécutif influencent la gestion des organisations et sont, directe et indirectement, entremêlées aux panoramas historique, culturel et sociologique de cette profession, cet essai a pour objectif de présenter un schéma de la recherche pour la scientificité dans le champ du secrétariat. Pour ce, nous considérons les conflits vécus au Brésil, dans le passé mais aussi dans le présent, sous une perspective professionnel et académique. Ceci est une étude théorique, développée avec le soutien de recherches bibliographiques et documentaires. Les résultats permettent de mettre en évidence que la recherche de la scientificité dans ce domaine a été une constante et a produit un important héritage, même si sa structuration formelle est bien récente. A mesure que les champs professionnels et scientifique du Secrétariat se développent dans le pays, ils deviennent aussi plus complexes et suscitent des propositions sur les perspectives et les défis émergents.

Mots-clés: Scientificité. Recherche. Secrétariat Exécutif.

1 Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>> . Buscas feita em 5 de abril de 2017, pelo seguintes termos: 1. secretariado; 2. "secretário executivo".

REFERÊNCIAS

- ABPSEC. **Estatuto**. 2015. Disponível em: <<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao/estatuto>>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- _____. **A Pesquisa em Secretariado**. 2014a. Disponível em: <<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-pesquisa/a-pesquisa-em-secretariado>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- _____. **Instituições/Cursos**. 2014b. Disponível em: <<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/instituicoes-cursos>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- ALMEIDA, W. A importância da formação específica. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013.
- AZEVEDO, I.; COSTA, S. I. da. **Secretária um guia prático**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2006.
- BAPTISTA, I. C.; CAMARGO, J. O papel das entidades de classe: dados da história e conquistas atuais. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013.
- BÍSCOLI, F. R. V. A evolução do secretariado executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. In: DURANTE, D. G. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2012.
- BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT, V. S. S. A evolução do secretariado executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. **Revista Expectativa**, Paraná, v. 12, n. 12, p. 9-42, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n.º 3, de 23 de junho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. **Portal Mec**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- _____. Decreto-Lei n.º 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regula a profissão de contador e dá outras providências. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- _____. Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- _____. Lei n.º 7.377, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7377consol.htm>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- CAMARGO, F. O homem e o secretariado. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013. p. 61-68.
- CASTELO, M. J. **A formação acadêmica e a atuação profissional do secretário executivo**. Paraná: UEL, 2007.
- CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES -CBO. **Consulta de CBO: Secretário Executivo**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional>>. Acesso em: 13 maio 2017.

DEMO, P. Demarcação científica. In: DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DURANTE, D. G. A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa. In: DURANTE, D. G. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2012.

FENASSEC - Federação Nacional das Secretárias e Secretários. MEC realiza consulta pública para modificar curso de Secretariado para Administração. **Revista Excelência**, Recife, v. 7, n. 24, p. 8-9, 2009a.

_____. **Parecer Jurídico n. 19/2008 sobre a obrigatoriedade do registro profissional da profissão para concurso público**. 2009b. Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/z_parece_juridico_19_2008.html>. Acesso em: 27 out. 2014.

_____. **Fenassec reivindica no MEC a correção da lei que prejudica Secretários em concursos públicos na área educacional**. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br/comunicado-05-2014.html>>. Acesso em: 8 set. 2014.

HOELLER, P. A. Fr. A natureza do conhecimento em Secretariado Executivo. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 5, n. 5, p. 139-145, 2006.

LEAL, F. G. **Competências secretariais requeridas pela UFSC**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LEAL, F.; SILVA, A. C.; DALMAU, M. B. C. Análise das avaliações dos concursos públicos

realizados pelas IFES para o cargo de secretário-executivo sob a ótica da gestão por competência. **Revista de Ciência da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 40, p. 191-207, 2014.

LEAL, F.; SANTOS, L.; MORAES, M. Uma perspectiva paradigmática para o campo teórico-empírico do Secretariado Executivo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SECRETARIADO (COINS), 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: COINS, 2017.

LEGER, E. M. **Técnicas Secretariais I**. 2011. Disponível em: <http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Ane-xos/Tecnicas_secretariais/Unidade_I.pdf>. Acesso em: 28 out 2014.

LIEUTHIER, B. O grande despertar: de sua criação ao conselho profissional. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013. p. 21-28.

MARTINS, C. B. et al. Parâmetros para definições de linhas de pesquisas. In: DURANTE, D. G. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2012. p. 132-148.

MARTINS, C. B. et al. Retrato dos periódicos científicos de secretariado no Brasil. **Eccos**, São Paulo, n. 34, p. 63-83, maio/ago. 2014.

MARTINS, C. B.; ZANON, M. A pesquisa na área de secretariado. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **Excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013.

NASCIMENTO, E. P. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao secretariado. In: DUARTE, D. G. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação das ciências da assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

_____. Objeto de pesquisa em Secretariado Executivo. In: DUARTE, D. G. (Org.). **Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2012.

OLIVEIRA, M. de. Contribuições da educação a distância para a formação do secretariado. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Org.). **excelência no Secretariado: a importância da profissão nos processos decisórios**. São Paulo: Ser Mais, 2013.

OLIVEIRA, L. et al. Os concursos para o cargo de secretário executivo nas Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 202-225, set./dez. 2016.

PORTELA, K. C. A.; SCHUMACHER, A. J. **Ferramentas do Secretário Executivo**. São Paulo: Editora Viena, 2006.

SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. **Secretariado: do escriba ao web writer**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 607-621, 2009.

SABINO, R. F. **A configuração da profissão de Secretariado em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)**. 2017. 388 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2017.

SCHUARCZ, L. D. et al. Secretariar ou não Secretariar? eis a questão: um estudo sobre a evasão no Curso de Secretariado Executivo. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo,

v. 5, n. 1, p. 19-41, 2014.

SINSESP. **Pesquisa sobre cargos aplicados no mercado**. Disponível em: <<http://www.sinsesp.com.br/artigos/secretariado/1080-nomenclaturas-existentis>>. Acesso em: 3 dez. 2014a.

_____. **Ser Profissional de Secretariado: as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.sinsesp.com.br/artigos/glob/178-ser-secretaria-as-diferencas-entre-paises-desenvolvidos-e-em-desenvolvimento>>. Acesso em: 3 dez. 2014b.

SOUZA, E. C. P.; GALINDO, A. G.; MARTINS, C. B. A produção acadêmico-científica no campo do Secretariado: mapeamento de dissertações e teses no período de 1999 a 2013. **Revista de Administração Geral**, Macapá, v. 1, n. 1, p. 154-173, 2015.

THE GUARDIAN. **How PA skills are regarded around the world**. 2001. Disponível em: <http://www.theguardian.com/money/2001/apr/30/officehours2#article_continue>. Acesso em: 26 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n.º 56/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017**. Aprova a criação do Programa de Pós-graduação em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2017.